

A IDENTIDADE PESSOAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL DA PESSOA HUMANA E ALGUMAS DE SUAS MANIFESTAÇÕES NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

*THE PERSONAL IDENTITY AS A FUNDAMENTAL RIGHT OF THE HUMAN PERSON
AND SOME OF ITS MANIFESTATIONS IN THE BRAZILIAN LEGAL ORDER*

JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA

Livre-Docente, Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – Universidade de São Paulo – USP. Professor Titular da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP. Professor Titular do Curso de Mestrado da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Professor de Direito Civil do Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. jlgalmeida@hotmail.com

LUIS RENATO VEDOVATO

Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP. Professor do Programa de Mestrado em Direito da UNIMEP. Professor do Instituto de Economia e Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp e da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). lvedovato@gmail.com

MARCELO RODRIGUES DA SILVA

Mestrando em Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP (bolsista CAPES/PROSUP). Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP/FDRP. Especialista em Direito Contratual pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura – EPM. Advogado. marcelordsadv@gmail.com

Recebido em: 08.08.2017
Aprovado em: 28.11.2017

ÁREAS DO DIREITO: Civil; Constitucional

RESUMO: O presente artigo teve por finalidade realizar um estudo verticalizado do direito à identidade pessoal, em especial por se tratar de tema pouco explorado pela doutrina brasileira talvez em

ABSTRACT: The present paper carried out a vertical study of the right to personal identity, a topic rarely explored by Brazilian legal theory, perhaps because of the absence of explicit norms regulating it.

razão da ausência de normas explícitas regulando-o. Para tanto, definiu-se o que vem a ser identidade pessoal para o direito, analisando os componentes dessa definição. Posteriormente, examinou-se se esse direito pertenceria implicitamente ao rol dos direitos da personalidade e se poderia ser elevado ao patamar de um direito fundamental. Após constatar tratar-se de um direito da personalidade fundamental, buscamos demonstrar que a identidade pessoal é a tônica argumentativa em vários temas no cenário jurídico nacional (muitos dos quais recentes), quais sejam: o dever do registro de nascimento da criança pelo Estado, a identidade da pessoa transexual, o direito ao esquecimento e o direito à identidade genética.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade pessoal – Direito fundamental – Pessoa humana – Manifestações – Ordem jurídica brasileira.

For this purpose, we conceptualize what becomes personal identity for the law, analyzing the components of this definition. Subsequently, it was examined whether this right would implicitly belong to the list of personality rights and could be raised to the level of a fundamental right. After verifying that this is a fundamental personality right, we seek to demonstrate that personal identity is the argumentative tone in several themes in the national legal context (many of which are recent), such as: Duty of the State to register the birth of de child, the identity of the transsexual person, the right to be forgotten and the right of genetic identity.

KEYWORDS: Personal identity – Fundamental right – Human person – Manifestations – Brazilian legal order.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Definição de identidade pessoal. 3. A identidade como um direito da personalidade fundamental. 4. A efetivação do direito da personalidade fundamental à identidade. 4.1. Manifestações do direito fundamental à identidade pessoal no registro de nascimento. 4.2. As manifestações do direito fundamental à identidade pessoal com relação aos transexuais. 4.3. Manifestações do direito fundamental à identidade pessoal no direito ao esquecimento. 4.4. Manifestações do direito fundamental à identidade pessoal com relação às características genéticas da pessoa. 5. Conclusões. 6. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central do presente estudo foi analisar, por meio do método analítico com o estudo de textos bibliográficos, de legislação e de jurisprudência, se o direito à identidade pessoal é um direito da personalidade fundamental e identificar as mais recentes manifestações desse direito na ordem jurídica brasileira.

Para tanto, primeiramente, buscou-se uma definição jurídica de identidade pessoal, levando-se em conta os valores constitucionais, em especial o da dignidade da pessoa humana (fundamento da República Federativa do Brasil).

Posteriormente, passou-se a analisar se o direito à identidade se trata de um direito fundamental implícito, fazendo-se uma análise do direito estrangeiro, mais especificamente da Constituição da República portuguesa, que explicita em seu texto a identidade pessoal como um direito fundamental. Da mesma forma, verificou-se se corresponde a identidade a um direito da personalidade.